

"Todos somos artífices e destinatários da maior ambição do homem de hoje: A JUSTIÇA E A PAZ,"

MAIS um Ano Novo. Ele aí está — 1980, início de mais uma década deste final do séc. XX! Como criança pequena que se desprende dos braços da mãe querida e tenta, sôzinha, os primeiros passos!

Se a ajudarem, poderá crescer e tornar-se homem consciente e responsável. Se a não ajudarem...

Que vai ser este menino — 1980? Quem o vai ajudar a crescer?

CONT. NA SEXTA PAGINA

DIRECTOR — Manuel de Pinho Ferreira
ADMINISTRADOR — Augusto Diogo
CHEFE DE REDACÇÃO — Sebastião Rendeiro

OFICINAS — Gráficas do Vouga, R. do Batalhão de Caçad. Dez, n.º 81, Aveiro — Telf. 22746
PREÇO — Anual: 200\$00; Avulso: 5\$00

NO LIMIAR DOS ANOS 80...

A «década de 80» tem aparecido, ao sabor da pena dos comentadores e dos analistas, como filão inesgotável, explorado em corajosos rasgos de futurologia, como espaço de tempo onde, em estranha simbiose se entrelaçam a esperança e a amargura.

Nesta ordem de ideias, assinala-se, como o elemento mais específico de tal década, o fenómeno normalmente designado de «reestruturação de

uma nova ordem internacional».

Isto — diz-se — porque, por um lado, se vai tornando soberaneamente conhecido (pense-se no sequestro da Embaixada Americana, no Irão...) que os clássicos esquemas da diplomacia internacional começam a acusar sintomas de caducidade.

Por outro, determinadas instituições criadas no após-guerra e consideradas intocáveis (citem-se os exemplos da ONU e do Tribunal de Haia...) estão a ser ultrapassadas por outras (recorde-se a Organização dos Países Exportadores de Petróleo...) porventura mais eficientes no dinamismo e planeamento das relações entre os povos.

Entretanto — e já agora apontemos os contornos mais gerais do estranho perfil da «década de 80» — a paz mundial não se encontra consolidada, a geografia da fome aperta,

CONT. NA QUARTA PAGINA

Os Problemas do nosso Distrito

Uma análise do Governador Civil de Aveiro em conversa ao "Correio do Vouga" sobre o futuro

O engenheiro Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça tomou posse do cargo de Governador Civil de Aveiro em Lisboa, no dia 23 de Fevereiro de 1979, numa altura em que «a situação do nosso País não era cativante para os responsáveis».

No início deste ano novo de 1980, coincidindo por sinal com o começo de vida do VI Governo Constitucional, quisemos ouvir o Governador Civil de Aveiro tentando conhecer a sua opinião sobre problemas do nosso Distrito.

Não foi difícil. Todos sabemos que o eng.º Joaquim Mendonça não se furta ao diálogo.

Levámos connosco apenas três perguntas. Elas aqui ficam, acompanhadas das respostas que nos foram dadas pelo Governador Civil de Aveiro, a quem, mais uma vez, agradecemos o seu acolhimento amigo, com votos sinceros de feliz ano de 1980.

Correio do Vouga — Da sua experiência no cargo de Governador Civil do Distrito de Aveiro, quer dar-nos as suas impressões acerca dos principais problemas que detectou no nosso Distrito?

Governador Civil de Aveiro — Os problemas do nosso Distrito serão, certamente, os problemas da generalidade dos distritos do nosso País, agravados, talvez, pelo facto de estarmos em presença de um Distrito em forte progresso.

Mas, essencialmente, poderei dizer que o problema da Habitação e o problema da Assistência Social terão sido os que mais dificuldades ofereceram nestes meses de contacto com a realidade distrital.

Saber de famílias desalojadas, ou em vias de desalojamento por circunstâncias várias, e não ter resposta de solução concreta é de fraudante.

Saber da existência de edifícios construídos pelo Estado para apoio habitacional e não poder usá-los nesses casos, ou por más interpretações do Decreto-Lei 797/76, ou pela não existência de Serviços Municipais de Habitação, ocasiona uma situação de impotência angustiante.

Saber de solicitações de internamentos de alienados, ou de crianças desvalidas ou abandonadas e não encontrar resposta adequada nas estruturas existentes para os casos que se apresentam à consideração do governo civil dão origem a estados de preocupação para quem se dispõe ao serviço das populações...

De resto, os problemas apresentam-se hoje ao Governador Civil bastante diluídos, na medida em que a Lei 79/77 (Autarquias) e a Lei 1/79 (Finanças Locais) remetem para a Autarquia Local a responsabilidade das soluções.

Um outro problema que o Governador Civil detectou foi o de uma fraca atenção para os assuntos educacionais no que respeita, mais concretamente, na resposta às necessidades dos estabelecimentos escolares.

Há concelhos que reclamam a criação de cursos complementares, disposta dos meios físicos para a sua implantação, outros que exigem as condições para uma melhor funcionamento, e, quaisquer deles encontram as maiores dificuldades na resposta às soluções que se impõem... Influências dos

CONT. NA SEXTA PAGINA



A Igreja Diocesana despede-se do seu Bispo Auxiliar

O bem do povo de Deus é a regra suprema do múnus pastoral dos Bispos. Este bem, para ser devidamente atingido, exigirá não raro que se constituam Bispos Auxiliares.

Assim foi em Aveiro.

E agora, que vamos ficar sem o senhor D. António dos Santos, justo é que todo o povo de Deus, ou seja a Igreja Diocesana de Aveiro, se junte para dar graças ao Senhor por todo o bem que realizou no meio de nós através do nosso Bispo Auxiliar e para Lhe pedir que o continue a acompanhar e a fecundar toda a sua acção pastoral como Bispo da Guarda.

No próximo dia 20, pelas 15 horas, realizar-se-á uma assembleia diocesana, em Aveiro, no Pavilhão de Exposições da actual Feira de Março. Diremos mais pormenores no próximo jornal.

A entrada do Sr. D. António na Guarda está prevista para o dia 2 de Fevereiro, às 15 horas.

MENSAGENS DE NATAL

sidente da República Portuguesa, general Ramalho Eanes.

São dois temas diferentes, mas bem actuais e muito sérios.

O Papa fala-nos da dignidade da criança e dos seus direitos, a exigir de todos nós uma viva sensibilidade de consciência.

O Presidente da República Portuguesa dirigiu a sua men-

sagem aos nossos emigrantes, «tão portugueses como os que ficaram no chão de origem».

Temas bem actuais e muito sérios, exigem a nossa leitura atenta e reflectida.

CORRIDA AOS ARMAMENTOS — PATRIMÓNIO INDISPENSÁVEL?

— pergunta-nos o Papa João Paulo II

Na sua mensagem de Natal,

CONT. NA QUINTA PAGINA



○ CORREIO DO VOUGA não podia deixar de registar, nas suas colunas, excertos das mensagens de Natal do Papa João Paulo II e do senhor Pre-



Assembleia Distrital

Sob a presidência do Governador Civil de Aveiro, reuniu, no passado dia 21 de Dezembro, no salão nobre do seu edifício-sede, em sessão ordinária, a Assembleia Distrital.

No início dos trabalhos, o Governador Civil manifestou o seu contentamento pelo civismo com que decorreram os actos eleitorais em todo o Distrito.

Foi posto à discussão e aprovação o terceiro orçamento suplementar para 1979, no montante de 1.850 contos, que foi aprovado por unanimidade. Neste terceiro orçamento suplementar é de referir a verba destinada à Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, no total de 750 contos; e a verba de 150 contos à Casa da Criança de Agueda, que se destina à participação por parte da Assembleia na compra de uma catrinha para o transporte das crianças.

Foram apresentados, seguidamente, o plano de actividades e o orçamento ordinário para o ano de 1980, na ordem dos 37.841 contos. Após alguns esclarecimentos os dois referidos documentos foram aprovados por unanimidade.

A presidente da Câmara Municipal de Estarreja lamentou que o orçamento não contemplasse as escolas de deficientes mentais do Distrito. O presidente do Município de Vila da Feira estranhou que o turismo não fosse contemplado com verba suficiente para o seu desenvolvimento.

O eng.º Joaquim Mendonça, falando sobre o montante previsto das receitas em 1980, disse que a Assembleia Distrital terá que dispor de 54% dos 37.841 contos para encargos com o pessoal.

Quanto ao plano de actividades para 1980, a Assembleia vai pugnar pela criação de serviços de tesouraria próprios, visto as receitas da autarquia distrital de Aveiro atingir verbas superiores a 300 mil contos, o que envolve não só movimento de tesouraria importante como, e sobretudo, uma responsabilidade muito grande.

Também a Assembleia, no âmbito das suas atribuições, no campo do fomento, irá procurar incentivar o desenvolvimento sócio-económico do distrito, colaborando com todas as iniciativas correspondentes ao fomento agrícola, industrial e turístico, prevendo-se auxílio financeiro às iniciativas e organizações que visem a concretização do desenvolvimento nos sectores produtivos.

No inerente aos serviços culturais, a Assembleia irá manter a publicação semestral da revista «Aveiro e o seu distrito».

No campo de serviços de assistência, irá efectuar obras sociais de grande alcance nos estabelecimentos administrativos a seu cargo — Internato do Distrito e Casas da Criança de Agueda, Albergaria-a-Velha e Mealhada.

Por maioria, a Assembleia atribuiu um subsídio de 50 contos para o Núcleo Regional do Norte da Liga Contra o Cancro.

seu número de 21 de Dezembro passado, recebeu, em 1.ª edição, datada de 31 de Dezembro de 1979, e devidamente assinada por «alguns dos 71 associados que subscreveram o pedido de convocação da Assembleia Geral» do Centro Social da Esgueira que publicamos na íntegra:

«Com base na notícia inserida na página 4, do v.º jornal, do passado dia 21-12-79, referente a um «Comunicado aos Sócios do Centro Social de Esgueira», um grupo de associados vem informar os seus prezados consócios de que, certamente, na Assembleia Geral, já finalmente marcada, sob a presidência do mesmo grupo de associados, para o dia 30-1-1980, irão ser discutidos graves problemas que afectam a vida do Centro, tais como: a não apresentação de contas, que ascendem a milhares de contos, referentes aos anos de 1976-77, 1977-78 e 1978-79; (a este propósito acrescenta-se que houve associados que se empenharam em consultar os livros e documentos relativos à contabilidade, de acordo com os seus direitos e à Lei Geral, e viram recusada essa possibilidade); a não realização de eleições de novos corpos gerentes, que deveriam ter sido feitas em Junho de 1978, bem como a não realização, a partir de Junho de 1976, de quaisquer outras Assembleias Gerais, quando se deviam ter realizado 6; a não existência de uma Direcção que funcione como tal, já que todas as decisões são tomadas por uma única pessoa; a existência de um grave clima de tensão e mal estar que afecta, grandemente, as relações entre as trabalhadoras do Centro (nomeadamente o pessoal técnico) e a pessoa que faz de Direcção, com reflexos negativos para os interesses das crianças, o que até já deu origem à constituição de um grupo de pais para a resolução dos problemas destas; a total não participação dos associados na vida da sua Associação. O mesmo grupo de associados apelam para a presença de todos os Associados na dita Assembleia Geral, dada a sua grande importância, lembrando-lhes que devem actualizar as suas quotasções, sem o que não poderão intervir na discussão dos problemas, nem sobre eles votar».

CRUZ VERMELHA PORTUGUESA Actividade da Delegação de Aveiro

Em 17 e 18 do passado mês de Dezembro, foram empossados, em cerimónia oficial, os Núcleos da CVP, respectivamente, dos concelhos de Sever do Vouga e de Oliveira do Bairro, que desde há muito tempo vinham exercendo a sua actividade naquelas regiões.

Após as cerimónias, foram discutidos e analisados diversos problemas relacionados com a actuação regional dos Núcleos, que têm vindo a desenvolver acção meritória e digna de registo, sendo justo realçar o espírito altruísta dos seus membros, que tudo têm feito para diminuir o sofrimento dos homens.

No aspecto social e dentro das actividades humanitárias, tem-se continuado a distribuir subsídios eventuais, provenientes da «Operação Pirâmide», a pessoas que comprovadamente justificam as suas necessidades através de processo administrativo, atingindo-se, mensalmente, a quantia aproximada dos 200 contos, com os quais se tem procurado solucionar parcialmente os casos pontuais mais evidentes, nos aspectos de apoio à 3.ª idade e criança e carências alimentares.

Nos concelhos de Espinho e Oliveira do Bairro, Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga, foram proporcionadas condições para que se efectuasse uma distribuição de roupas e alimentação, não se esquecendo as crianças mais necessitadas com os habituais brinquedos próprios da quadra natalícia.

RECENSEAMENTO MILITAR DOS MANCEBOS NASCIDOS EM 1962

Todos os mancebos nascidos no ano de 1962 são obrigados a comparecer, durante o mês de Janeiro de 1980, na Câmara Municipal ou Administração do Bairro onde estão a residir, a fim de tratarem do seu recenseamento militar, devendo ser portadores do D.º de Identidade ou Cédula Festeira e de uma fotografia de tamanho das usadas nos Bimetas de Identidade.

A não comparência na Câmara Municipal, no mês de Janeiro, pode originar, além do mais, que o mancebo não venha a ser chamado às inspecções pelos editais da freguesia onde está a residir, mas sim, pela freguesia onde nasceu e que, por vezes, fica muito distante da sua actual residência. Para melhor esclarecimento deverão ser consultados os editais, já afixados nas Juntas de Freguesia.

FESTAS DE NATAL Na Escola do Magistério Primário de Aveiro

Realizou-se, na Escola do Magistério Primário de Aveiro, a tradicional festa de Natal com a participação dos alunos-mestres e de crianças das Escolas Anexas.

O programa teve início com um repertório de belas canções de Natal e outras, cantadas em coro pelos alunos-mestres e acompanhadas ao órgão pela professora de Música daquela Escola D. Marília Mano.

Um batuque cabo-verdeano, executado por alunos estagiários guineenses, empolgou toda a assistência e foi aplaudido calorosamente.

Seguiu-se a actuação de crianças das Anexas com recitativos e canções de Natal com movimento e acompanhamento de instrumentos de percussão.

A 3.ª parte foi preenchida com a projecção de slides sobre o conto de Natal «O Pinheirito» de H. Andersen que despertou grande interesse e deu origem a um diálogo com as crianças presentes.

A encerrar o programa, o episódio musical, original, «Passagem do Ano», vivido em autêntico ambiente de euforia por todos os participantes.

No final foi oferecida uma lembrança a cada uma das referidas crianças, incluindo as da Casa da Criança de Ilhavo, previamente convidadas para esta festa de Natal.

No Centro de Saúde Mental

Também se realizou, no Cen-

tro de Saúde Mental, em S. Bernardo, na tarde do dia 22 de Dezembro, uma festa de Natal, destinada aos doentes ali internados, em número de 54 e suas famílias.

Colaboraram o Grupo Cultural e Recreativo de S.ta Joana Princesa e o Rancho Folclórico «Os Malmequeres», de Aradas. De salientar a viva participação de toda a assistência.

Além do almoço-convívio, o próprio Centro ofereceu uma lembrança a cada doente.

Notava-se alegria e satisfação em todos os rostos. Não há dúvida nenhuma que a quadra natalícia tem o condão de aproximar mais os homens uns dos outros em convívio amigo e fraterno.

CONT. NA QUARTA PAGINA

EM FOCO

VELHARIAS FERROVIÁRIAS NUM MUSEU DE MACINHATA

— Pertencem à «histórica» linha do Vale do Vouga

A dois passos do entroncamento ferroviário de Sernada, Macinhata do Vouga vai ter um Núcleo Museológico, onde ficarão expostas autênticas preciosidades ferroviárias que marcaram uma época e não poderiam desaparecer.

A iniciativa dever-se-á ao agente técnico Genestal Machado, da Região Norte da CP, pois no momento próprio se lembrou de que, em Macinhata, o Núcleo Museológico ficaria no local certo. As instalações não eram problema, já que existia um amplo imóvel de uns dez metros por setenta. Algum do equipamento já ali esteve, mas recolheu de novo a Sernada para, nas oficinas, ser incorporado de acordo com o material circulante da altura.

Junto a uma estação, que é quase um museu dentro de outro museu, ficará assim instalado o Núcleo Museológico, que alguém se lembrou de tentar levar para Viseu, mas ainda se foi a tempo de evitar a «fuga». Em Macinhata ficará no sítio adequado, pelo seu enquadramento geográfico entre dois distritos: Aveiro e Viseu.

Repositório de valores históricos e culturais, o núcleo terá ainda o condão de ser único no Vale do Vouga, que bem o merece. Aí, desde um clássico telefone de campainhas à vista até às máquinas a vapor de 1809 ou 1924, compradas ao alemães, que eram autênticos monstros de ferro, tudo terá o seu local próprio — a sua verdadeira razão de ser. Estes monstros de ferro, após os incêndios do Verão de 1972, desapareciam da circulação para, após o 25 de Abril, a via reabrir. Para isso contribuiu o povo decisivamente, a par com as entidades políticas e administrativas beirãs, que tudo fizeram por isso.

Ali, historiadores estrangeiros (alemães, ingleses, etc), serão atraídos para recolher elementos para trabalhos de especialidade. Alguns até já estiveram em Macinhata do Vouga. Um especialista francês, de Nice, tentou mesmo, mas em vão, adquirir uma das célebres carruagens de madeira, que é uma autêntica preciosidade ferroviária.

Motores de explosão para elevação de águas vieram de Mirandela para o museu de Macinhata. Também ali figurará uma belíssima carruagem da antiga Companhia Nacional (que fazia serviço na linha do Dão e foi incorporada na CP em 1947) e um pequeno salão circulante, que ia de terra em terra, de estação em estação, para pagar os salários aos trabalhadores; daí a designação de «salão pagador». Outras preciosidades históricas são os elementos de comunicação que se usavam no Vale do Vouga, desde o mais sofisticado para a época ao mais rudimentar.

Que não esmoreça, pois o entusiasmo em torno do projecto e que todo aquele equipamento ferroviário depositado em Sernada seja recuperado e beneficiado no tempo próprio, porque um Núcleo Museológico não tem, sob o aspecto histórico-cultural, preço. E, para Macinhata do Vouga, freguesia essencialmente rural, será um polo de atracção de visitantes e uma homenagem que se prestará às suas gentes, tão ligadas também à vida ferroviária.

CARLOS NAIÁ
(Jornal de Notícias, 27-12-1979)

A ADERAV E O CONVENTO DE S.to ANTÓNIO

A Direcção da Associação para a Defesa e Valorização do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro (ADERAV), tendo tomado conhecimento de que o antigo Convento de Santo António, preciosa relíquia do espólio artístico de Aveiro, foi, agora, cedido, por escritura, à Polícia Judiciária, manifesta publicamente a sua profunda mágoa pelo destino dado àquelas venerandas instalações, certa de que, num país culturalmente evoluído, elas seriam concerteza, reservadas, pelos seus responsáveis, para fins culturais;

ADERAV apela, mais uma vez, a quem tem o dever de zelar pelos interesses das comunidades locais, para os atentados que se têm verificado, ultimamente, na Gafanha do Areão, Vagos, em destruição das dunas daquela região, o que provocará consequências futuras, tratando-se, como se trata, de zonas de alta sensibilidade no equilíbrio ecológico da Ria de Aveiro;

ADERAV convida os seus associados para o primeiro «itinerário urbano» de Aveiro, que começará no próximo dia 6, pelas 10 horas, com partida do «Largo das 5 Bicas» e lembra que a publicação do Boletim n.º 1 está prevista para a 2.ª semana de Janeiro.

ORÇAMENTO MUNICIPAL — 409 MIL CONTOS

Reuniu a Assembleia Municipal, no dia 28 de Dezembro passado, em substituição do titular, presidiu aos trabalhos D. Judite Iolanda, membro deste órgão autárquico pelo CDS.

Foram aprovados o plano de actividades e o orçamento para 1980.

O orçamento prevê um montante de 409 mil contos, exactamente o dobro do ano passado. Contudo, ao longo do ano, poderá vir a sofrer alterações ou rectificações, em virtude da Lei das Finanças Locais.

TERRENO DO COJO

Parecem agora bem encaminhadas as negociações para a aquisição pela Câmara Municipal da última parcela de terreno do Cojo. O diferendo entre o Município e os proprietários estará em vias de solução.

Oxalá que tudo chegue a bom termo para o arranjo definitivo daquele largo, verdadeiro coração da nossa cidade.

CENTRO SOCIAL DE ESGUEIRA

Comunicado de um grupo de associados

A propósito de uma notícia dada pelo «Correio do Vouga», no

FARMACIAS DE SERVIÇO

Sexta-feira	MODERNA
Sábado	A L A
Domingo	AVEIRENS.
Segunda-feira	AVENIDA
Terça-feira	S A Ú D E
Quarta-feira	QUIDINOT
Quinta-feira	N E T O

Secretaria Notarial de Aveiro

Segundo Cartório

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 12 de Dezembro de 1979, inserta de fls. 36 a 37, do livro de escrituras diversas N.º C-57, deste Cartório, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos dos artigos seguintes:

1.º — A sociedade adopta a denominação de «SOS-SOL — ENERGIA SOLAR, LIMITADA», fica com a sede na Rua Clube dos Galitos, n.º 24, freguesia da Glória, desta cidade de Aveiro, e durará por tempo indeterminado, contando-se o início das operações sociais a partir de 1 de Janeiro de 1980.

2.º — Poderá ser mudada a sede social para outro local desta cidade, mediante simples deliberação da assembleia geral.

3.º — O objecto social consiste no fabrico e venda de painéis solares, podendo dedicar-se ainda a outra actividade que venha a constar de deliberação.

4.º — O capital social é de 200.000\$00, dividido em três quotas, pertencendo uma do valor nominal de 80.000\$00 ao sócio José Luís Archer, e duas de 60.000\$00, pertencendo uma a cada um dos sócios António Augusto de Lemos Martins Pereira e Guilherme Augusto Ferreira Pinto Basto Martins Taveira e está inteiramente realizado em dinheiro, já entrado na Caixa Social.

5.º — Fica prevista a possibilidade de virem a ser exigidas prestações suplementares de capital, quando deliberadas por unanimidade de votos correspondentes ao capital.

6.º — 1 - A administração da sociedade pertence a todos os sócios, desde já designados gerentes, sem caução e com a remuneração que vier a ser deliberada.

2 - É admitida a delegação de poderes de gerência por procuração, mas, para ter lugar a favor de estranhos, carece do consentimento da sociedade.

3 - Para obrigar a sociedade são indispensáveis as assinaturas de dois gerentes ou de seus representantes.

7.º — É livre a cessão de quotas entre os sócios e a sua divisão pelos herdeiros dos sócios.

8.º — Salvo nos casos em que a Lei disponha de forma diversa, as assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de 8 dias.

Está conforme ao original.

Aveiro, 17 de Dezembro de 1979.

O Ajudante,
José Fernandes Campos

Secretaria Notarial de Aveiro

Segundo Cartório

Certifico, para publicação, que em 20 de Dezembro de 1979, de folhas 29 a 30 v.º do livro de escrituras diversas n.º B-106, deste Cartório, foi lavrada uma escritura de Justificação em que Maria José Morais de Carvalho Ferreira, natural da freguesia de Eixo, e marido Arlindo Ferreira Taveira, natural da freguesia de Eirol, ambas deste concelho de Aveiro, residentes no lugar e freguesia dita de Eixo, e casados sob o regime da comunhão geral de bens, declararam que são donos, com exclusão de outrem, do seguinte imóvel:

Terra de cultura, sita nas Ribas, limite do lugar de Alagoela, da referida freguesia de Eixo, a confinar do norte com Jaime Donzelo, do sul com a Rua, do nascente com Abílio Taveira e do poente com Mário Fernandes de Carvalho, omissa na Conservatória do Registo Predial de Aveiro, e inscrita na matriz sob o artigo 4.493, com o valor matricial de 5.980\$.

Este prédio, a que atribuem o valor de 10.000\$00, foi doado por Ana Alves de Almeida, viúva, moradora no sobredito lugar de Eixo, a justificante mulher, por escritura iniciada a folhas 84, do livro B-103, de escrituras diversas, deste Cartório, e encontrava-se omissa na matriz na data da outorga dessa doação, pelo que foi pedida a sua inscrição em 2 de Abril do ano corrente. Todavia, a

P
R
C
O
M
P
R
A
P
R
I
V
E
N
D
A
D
E
S

Sempre que tenha de comprar ou vender imobiliários consulte:

Rua Luís Cipriano, 15
(à R. Comb. G. Guerra)
Telef. 28353 - 3800 - AVEIRO

Vende-se

Automóvel Citroen ID Especial do ano 1973 em estado de novo, poucos quilómetros. Motivo retirada, estrangeiro.

Tratar pelo Telef. 42153
— SALREU-ESTARREJA.

ASSINE

LEIA

Correio do Vouga

Cartório Notarial de Vagos

Justificação

Certifico, para efeitos de publicação, que em 26 de Dezembro de 1979, de fls. 48 v.º a 50 do livro de notas para escrituras diversas N.º C-42 deste Cartório, a cargo do Notário Licd.º António Joaquim Marques Taveira, foi outorgada uma escritura de justificação notarial em que Alberto Pereira e esposa Rosa Carvalhais Pereira, casados segundo o regime da comunhão geral, naturais da freguesia de Calvão, concelho de Vagos, onde habitualmente residem no lugar de Canto de Calvão, se declararam donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem do seguinte prédio:

Terra lavradia sita em Barros, lugar e freguesia de Calvão, concelho de Vagos, a confrontar do norte com estrada, do sul com Vala, do nascente com Beatriz Mónica Lourenço e do poente com Claudino Marques de Oliveira, omissa na Conservatória do Registo Predial de Vagos e inscrita na matriz rústica sob o artigo 4260, com o rendimento colectável de 250\$00 a que corresponde o valor matricial de 5.000\$00 e o atribuído de 600.000\$00.

Que o referido prédio encontra-se inscrito na matriz predial em nome do justificante Alberto Pereira.

Que tal prédio foi adquirido pelo mesmo justificante por escritura de doação feita por seus pais (Claudino Pereira e esposa Ludovina de Jesus Lourenço, casados segundo o regime da comunhão geral, naturais da referida freguesia de Calvão, onde habitualmente residem no lugar de Canto de Calvão, por escritura de 29 de Novembro findo, exarada de fls. 72 v.º a 73 v.º do livro de escrituras diversas número D-25 deste Cartório.

Que eles justificantes e seus referidos antecessores usufruem o referido prédio em nome próprio, há mais de trinta anos, ininterruptamente, à vista de toda a gente, sem oposição de quem quer que seja, cultivando-o e dele retirando os seus frutos, produtos e utilidades, tendo sido sempre a sua posse traduzida em actos materiais de fruição, conservação, transformação e defesa.

Que em consequência de

tal posse, pacífica, pública e contínua, adquiriram sobre o mencionado prédio o direito de propriedade por usucapião, não tendo em face do modo de aquisição documento que lhes permita comprovar o seu direito de propriedade perfeita.

Que são eles justificantes os seus actuais donos e legítimos possuidores daquele prédio.

E' certidão narrativa que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto declarando que da parte omitida nada há em contrário que modifique, condicione, altere ou prejudique a parte transcrita.

Cartório Notarial de Vagos, aos vinte e seis de Dezembro de mil novecentos e setenta e nove.

O Ajudante do Cartório,
António Rodrigues

Cão Perdeu-se

Raça Setter, grande, com coleira, dá-se pelo nome de Dick.

Gratifica-se a quem o achou.

Informa pelo Telefone 27389 — AVEIRO.

ALELUIA

Cerâmica, Comércio e Indústria, S. A. R. L.

AVEIRO (Portugal)

Assembleia Geral Extraordinária

2.ª CONVOCATÓRIA

Não tendo podido funcionar, por falta de «quorum», a Assembleia Geral Extraordinária marcada em primeira convocatória para o passado dia 22 de Dezembro, realizar-se-á a mesma, em segunda convocação, funcionando com qualquer número de accionistas, a 19 de Janeiro de 1980 no mesmo lugar, às 15 horas, com a ordem de trabalhos constante da primeira convocatória.

Aveiro, 26 de Dezembro de 1979.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Dr. Eugénio Pinto de Carvalho

VENDE-SE

Tapete rolante com 25,5 m de comprimento e 0,64 de largura com acessórios.

Trata UNIMAR — Apartado 86 — Telef. 22033 — AVEIRO.

GASA NUN'ALVARES

- Artigos Religiosos
- Paramentaria
- Pratas litúrgicas
- Oficinas gráficas

António Pacheco & F.ª Lda
Rua Santa Catarina, 630

PORTO

AVEIRO e arredores

Se V. Ex.ª tem casas ou terrenos para construção ou zona industrial, consulte-nos.

Diariamente contactamos pessoas interessadas em comprar.

Consulte-nos. Estamos no Largo Cap. Maia Magalhães, 8 (junto à Casa de Saúde da Vera-Cruz). Telefone, 91202, 3800 - AVEIRO.

V. precisa de óculos?



Consulte: J. FONECA

— ÓPTICO

Av. Dr. Lourenço Paixinho, 208
(a 300 m. da Estação do C. Ferro)

Telef. 24520

Aviamento rigoroso de receituário médico

— Fornecedor das Caixas de Previdência —

— SAMS e ACASA —

“LENTES DE CONTACTO”

Violência e Tragédia marcaram a década/70

«DÉCADA turbulenta» é como o secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, classifica os anos 70, na sua mensagem de fim de ano.

«Convulsões políticas e económicas, guerras e catástrofes naturais ou provocadas pelo próprio homem, marcaram de violência e tragédia estes anos», evoca Waldheim.

Destacando o papel da ONU «na contenção e solução de alguns dos conflitos latentes, bem como na atenuação da angústia e sofrimentos que eles arrastam», o representante máximo das Nações Unidas refere que a Organização empreendeu «novas iniciativas de grande alcance para lidar com os problemas globais que se nos deparam».

Entre as questões a que a ONU prestou a sua atenção, envidando esforços para as solucionar, citou o desarmamento, os direitos das mulheres, meio ambiente, população, alimentos, água, comércio e desenvolvimento, ciência, tecnologia e direito do mar.

ONU : UMA ORGANIZAÇÃO SIMBÓLICA E PRÁTICA

«De todas essas iniciativas, a de maior alcance e dificuldade é, talvez, a da definição e desenvolvimento de uma nova ordem económica internacional», lê-se na mensagem.

Waldheim frisa a seguir que as Nações Unidas são simultaneamente uma organização «simbólica e prática».

No primeiro caso, «simbolizam a comunidade de nações

a que ainda falta dar uma forma articulada e os direitos de todas as nações grandes e pequenas a terem voz nos assuntos da Comunidade», diz a mensagem.

«Na prática — acrescenta — a Organização preenche determinado número de necessidades essenciais», entre as quais a de proporcionar «um mecanismo de segurança para conter e reduzir as proporções dos conflitos internacionais», permitir «despoletar e controlar situações reais de conflito» e constituir «um local onde dar voz pública a queixas e reclamações e onde se partilhem esforços para suportar encargos demasiado pesados para uma só nação».

Paralelamente, a ONU «enuncia os princípios de orien-

CONTINUA NA SEXTA PAGINA

1980 - Um ano sombrio na economia da CEE

NO seu relatório anual, a Comissão Executiva do Mercado Comum Europeu apresenta um quadro bastante sombrio, recomendando uma política de austeridade de crescimento quase zero em salários reais para conter a inflação.

A Comissão atribuiu à subida de 60 por cento registada até Junho/79 nos preços do petróleo a redução, em 0,6 por cento, do crescimento da CEE e advertiu que tal baixa poderá chegar a um por cento em doze meses.

O decréscimo da actividade económica, combinado com o aumento de meio por cento na população em idade de trabalhar, significa que há possibilidades de se registar um agravamento de desemprego na Comunidade em geral, se bem que tal tendência não se verifique em todos os Estados

membros — diz o relatório.

Actualmente 5,9 milhões de pessoas — ou 5,4 por cento da população activa — estão desempregadas. A Comissão prevê 6,2 por cento em 1980.

O relatório prognostica uma subida modesta para nove por cento na taxa de inflação, que este ano se eleva a 8,9 por cento, mas sublinha que em 1978 ela foi de 6,8 por cento.

As previsões da inflação em 1979, país por país, são as seguintes: Dinamarca — 9,7 por cento; Alemanha Ocidental — 4,3; França — 10,2; Irlanda — 13,2; Itália — 15,2; Holanda — 4,8; Bélgica e Luxemburgo — 4,5 e Inglaterra — 12,8.

O relatório sublinha que os aumentos salariais, no próximo ano, devem ser restringidos para que os custos da energia possam ser absorvidos sem esporear a inflação. Recomenda uma política orçamental seve-

ra, a fim de que os cortes de impostos não sejam utilizados para compensar os efeitos inflacionários da alta do petróleo.

A Comissão considera que a negociação dos salários será fundamental para a recuperação económica em 1980. Os aumentos reais dos salários devem ser quase zero na comunidade, de modo a manter-se o poder de compra e pouco mais. Nos países em que se praticam os contratos fixos, estes devem ir até ao seu termo e não serem renegociados antes da sua expiração. Onde os salários são relacionados com a inflação, o mecanismo terá de ser ajustado, para que os efeitos da alta de energia não sejam transmitidos.

A aplicação do relatório, apresentado aos ministros da CEE, dependerá do critério de cada governo.

VI Governo Constitucional

Ontem, dia 3 de Janeiro de 1980, no Palácio da Ajuda, teve lugar o acto de posse do VI Governo, desde a entrada em vigor da nova Constituição Política Portuguesa (1976), após o 25/Abril.

E dos cinco Governos, apenas um cumpriu por inteiro o seu mandato: precisamente o do primeiro-ministro Maria de Lurdes Pintassilgo. Todos os outros cessaram as suas funções antes de atingirem os objectivos para que inicialmente tinham sido investidos: governar Portugal até Outubro/1980.

O primeiro Executivo constituído por socialistas e independentes, tomou posse em 25 de Julho de 1976. Foi seu chefe Mário Soares. Caíu a 7 de Dezembro de 1977 — precisamente o dia de anos de Mário Soares — porque o Parlamento recusou a moção de confiança apresentada pelo Governo.

O segundo, igualmente presidido por Mário Soares e cons-

tituído por socialistas e democratas-cristãos, tomou posse em 30 de Janeiro de 1978. A 28 de Julho o Presidente da República demitiu Mário Soares.

Veio, depois, o Governo de Nobre da Costa, com um elenco ministerial sem filiação partidária. Investido no dia 29 de Agosto de 1978, em 14 de Setembro o seu programa foi rejeitado pelo Parlamento, o que obrigou à demissão prematura do Executivo Nobre da Costa.

O quarto Governo, segundo a experiência extra-partidária, tomou posse em 22 de Novembro de 1978. Era primeiro-ministro Mota Pinto. O pedido de demissão deste Executivo foi aceite pelo Presidente da República no dia 6 de Junho de 1979.

O general Ramalho Eanes decidiu, então, dissolver a Assembleia da República e convocar eleições intercalares, dando posse a um Governo (também extra-partidário) que teria como objectivo a preparação

de eleições. A engenheira Maria de Lurdes Pintassilgo, a primeira mulher a chefiar um Governo português, foi encarregada dessa tarefa no dia 1 de Agosto de 1979. Após o resultado das eleições intercalares, apresentou o seu pedido de demissão no dia 27 de Dezembro passado.

SÁ CARNEIRO O OITAVO PRIMEIRO-MINISTRO APÓS A REVOLUÇÃO DE ABRIL

O primeiro-ministro do VI Governo constitucional, Dr. Francisco Manuel Lumbrales de Sá Carneiro, de 45 anos, licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, é o oitavo primeiro-ministro a governar o nosso País desde o derrube do regime fascista em 25 de Abril de 1974.

Foram seus antecessores

CONT. NA QUARTA PAGINA

APONTAMENTOS

APELO DESESPERADO AO PAPA

Nesta quadra do Natal/79 chegou às mãos do Papa um apelo desesperado proveniente de 235.000 cambojanos «no limite da sobrevivência». João Paulo II leu-o, à hora do «Angelus», no domingo anterior ao Natal, perante cerca de 40.000 fiéis e peregrinos reunidos na Praça de S. Pedro.

A mensagem foi enviada ao chefe da Igreja Católica por testemunhas que afirmam ter descoberto, «absolutamente por acaso», um campo de refugiados a um quilómetro da fronteira tailando-cambojana. Os refugiados — disseram as testemunhas — pediram-lhes que relatassem ao Papa a sua situação.

«Santo Padre — diz a carta — é para satisfazer uma promessa, que fizemos há alguns dias na fronteira cambojana, que vos dirigimos este apelo. Falamos-vos de pessoas esquecidas num campo de fantasmas, descoberto no dia 15 de Novembro totalmente por acaso: perante nós, 235.000 detritos humanos apertados uns contra os outros, famintos, esqueléticos, no limite da sobrevivência. Não descrevemos as cenas de feridos, mutilados, crianças cobertas por chagas horríveis, cujos olhos deixaram há já algum tempo de chorar».

«Nem um grito, nem um lamento; apenas a morte, a desolação... Fomos recebidos como salvadores, únicas testemunhas da descoberta deste campo de refugiados. No dia 15 de Outubro, 86 obuses de morteiro de 125 mm caíram sobre esta multidão. Que podemos nós fazer por eles? Imploramos-nos o envio de remédios contra a malária, a disenteria, a febre tifóide, e a cólera. Paira sobre eles a ameaça da cólera e a malária atingiu 90% do grupo. «Digam isto ao Papa». Estas foram as suas últimas palavras. Quando os deixámos, cumprimos a nossa promessa».

O Papa fez-se intérprete deste apelo, agradecendo a todos os que se consagram às misérias do mundo. Louvou, a propósito, o trabalho da madre Teresa, em Calcutá.

AS ENORMES DESPESAS IMPRODUTIVAS DESTINADAS ÀS ARMAS

O Papa denunciou, mais uma vez, na véspera do Natal/79, o «muito grave perigo» representado pela corrida aos armamentos e pelo aperfeiçoamento dos sistemas de defesa.

«É impossível — disse João Paulo II — não se sentir preocupação perante qualquer instalação de armas cada vez mais aperfeiçoadas que, até se são concebidas como instrumentos de defesa, podem tornar-se causadoras de destruições e de ruínas».

Da situação internacional o Papa citou como pontos quentes a crise do Médio Oriente, a situação na África do Sul, e o conflito indochinês, falando, a propósito deste último, das «miseráveis caravanas humanas» dos refugiados do Vietname e do Camboja (leu a carta que publicamos).

Falou dos problemas económicos que atingem os países «mais fracos e mais deserdados». Penso — disse João Paulo II — nos sofrimentos da grande multidão anónima, nos humildes de todos os países, causados pelas súbitas variações das relações comerciais internacionais, pelos custos excessivos de certos abastecimentos, que provocam o aumento crescente dos bens mais elementares até causarem o mais grave mal estar na vida familiar e social».

A propósito, o Papa aludiu à fome, que, anualmente, faz milhões de vítimas; e lançou um apelo à cooperação internacional no plano económico. Só a cooperação internacional, com a preocupação do respeito pelos direitos do homem — direito à vida, direito ao trabalho, direito à liberdade religiosa, pode trazer uma solução para os problemas individuais e sociais do Homem do século XX, que são «o aborto, a droga, a violência, o terrorismo, a pornografia, etc.».

:: ::

Não resistimos a transcrever alguns números para reflectir — e bem a sério :

O Mundo gasta anualmente 325 biliões de dólares em armas. São 16 biliões e 250 milhões de contos.

CONTINUA NA SEXTA PAGINA



PORTE
P A G O